

A Idéia de História em Kant. Escrita da história e retórica do presente.

AFFONSO CELSO THOMAZ PEREIRA.

Immanuel Kant (1724 – 1804) nunca escreveu uma obra de história. Compreender a *Idéia de História* por ele apresentada a partir da relação estabelecida entre as obras histórico-políticas (textos práticos) e as três *Críticas*, não deve ser uma missão estranha à historiografia, ao menos àquela preocupada com a teoria da história. A importância deste pensamento em fins do século XVIII insere-se em um momento de crise estabelecido em relação ao conhecimento e às concepções de mundo e do homem. Crise que provoca - e é provocada por - um redirecionamento não apenas da teoria do conhecimento, mas da fundamentação ontológica da metafísica elaborada por Kant – que dela emerge, ao mesmo tempo, a sua idéia da história. Tal redirecionamento estabelece um compromisso filosófico em relação à razão pura, à faculdade de juízo e à razão prática ao impor, num mesmo lance, um compromisso político a partir da exigência crítica em relação ao posicionamento do homem no mundo, o que nos move a pensar a história enquanto um projeto crítico, que se apresenta como horizonte ético de espaço de ação do homem no mundo.

O ponto do qual trata a *Idéia de História* é este breve lumiar ou, talvez, essa permanente sombra, que o pensamento kantiano impôs de uma vez por todas à História: o criticismo, do qual a historiografia tenta por vezes se livrar para tentar garantir seu lugar ao sol. A filosofia crítica kantiana não pode ser reduzida a uma teoria do conhecimento, a uma epistemologia em concorrência com outras de seu tempo. Ela transtorna, deforma, torce o pensamento de tal forma que qualquer tentativa de estabilização e aquietação do saber é logo chamada a se justificar desde o interior de suas premissas independentemente de seu objeto. Se Kant nunca elaborou uma teoria da história é porque seria um contra-senso ao seu sistema fazê-lo; é porque a História não pode ser pensada em termos de uma lógica ou de uma ciência causal sustentada por um juízo determinante conforme as ciências da natureza. A História é para Kant, antes de tudo, um devir e um *dever* dado que está ligada a realização da liberdade do homem segundo um determinado conjunto de expectativas componentes de um horizonte ético que combina o

desenvolvimento da Cultura com a natureza. Se a história possui um sentido para Kant, este não é outro que a realização da natureza humana: ou seja, da *liberdade* dos homens sob a *lei* moral.

Este raciocínio inscreve-se no binômio liberdade – natureza: o que, para a filosofia da história inglesa e francesa, apresenta-se como um rasgo contraditório, para Kant como para boa parte da tradição alemã deste período, os homens são tomados como parte da natureza, de modo que suas faculdades estão aí inscritas de acordo com uma astúcia, um fio condutor, que tem como base a liberdade da razão e como fim o estado ético (ou a *Paz perpétua*).

A novidade encarada por Kant deste ponto de vista é que a História perde a naturalidade com que era tratada como um pano em branco onde os homens ou os deuses imprimem suas cores, e se torna parte integrante e movente dessa mesma tela. Aquela pretensão do pensamento moderno de se separar radicalmente do seu objeto a ponto de olhá-lo por todos seus ângulos e apreendê-lo em sua completude é transformada na auto-consciência da limitação do poder da razão aliada ao fato do sujeito ser tomado pelo objeto do qual se trata no momento em que isto acontece; a separação entre o lado interno e o lado externo do sujeito perde agora essa tênue película.

Ao mesmo tempo, a História ganha um peso que não poderá mais se desvencilhar: o criticismo. A atitude crítica é essa sombra que atormenta a consciência histórica sempre indagando, sempre questionando a legitimidade de um discurso em termos epistemológicos e éticos: Kant não nos deixa esquecer a que tipo de conhecimento serve um que expõe e critica seus métodos e objetivos, e outro que busca entronizar-se em fórmulas e ditames. O peso da história é, com o perdão da citação, uma insustentável leveza, pois ela não exige para si matéria alguma, conteúdo algum para tornar-se digna ou meritória, mas antes se conforma totalmente enquanto uma simples formalidade que atende às exigências dos limites da razão e de seus interesses práticos, quais sejam: o de desenvolvimento da liberdade, da razão pública e da reflexão crítica acerca do próprio presente e do conhecimento que está sendo produzido.

O fato de Kant não ter elaborado um sistema de pensamento, com o devido rigor histórico-científico ou uma doutrina para a história, é um dos fatores para o desprestígio e a secundarização de seu

pensamento para a historiografia nos séculos XIX e XX. O elogio a uma política cosmopolita de direito universal e de igualdade jurídica entre nações confederadas e a conseqüente negação de um ufanismo nacionalista permanece em descrédito, e é mesmo considerado um devaneio no contexto das décadas seguintes a publicação de seus livros (primeiro quartel do século XIX) até a primeira metade do século XX; além disto, consideremos a patente sombra que as três Críticas lançaram sobre as *obras menores*. Não obstante, a partir da década de 50 do século passado, o nome de Immanuel Kant vem sendo retomado por diferentes vias e atualizado na filosofia, na História, no pensamento político e jurídico – Hans Kelsen, John Rawls, Michel Foucault, Hannah Arendt, Jürgen Habermas, para citar alguns. Talvez pelo simples fato de que em tempos de crise surja a necessidade de teorizar, talvez devido ao conflito dos indícios de falência do projeto moderno diante da aparente superação da crise, Kant é, nos anos 90, novamente retomado como um autor que pensou a crise enquanto ela se produzia e revelava.

Acredito que o aproveitamento de Kant para historiografia contemporânea possa ressaltar elementos que resolvam dilemas tratados seriamente pela História: a preocupação pelo sentido da história, pela percepção do tempo e a luta pela determinação do presente servem de estofos aos textos kantianos que abordam a *idéia de História*. A pergunta e a suposição que guiam todo o pensamento é a de que há entre o pensamento político, jurídico, antropológico e sobre filosofia da história de Kant um corte decisivo para o pensamento historiográfico que se revela na transformação dos acordos que os historiadores são obrigados a refazer envolvendo a noção de tempo e de sujeito históricos. Paralelamente, a imposição de um horizonte ético como condutor do pensamento sobre a história, em seus princípios e finalidades, elimina todo o questionamento acerca da objetividade científica, ou pelo menos o desloca para um outro tipo de objetividade, o da razão prática, concernido à moral, à liberdade e à racionalidade formal do conhecimento.

Este horizonte ético que chamo aqui, refere-se a um conjunto de valores e conceitos que são apontados por Kant como a consecução de um projeto crítico e de um estado moral para os homens. Cabe notar, como o próprio título de um de seus mais expressivos textos em termos de história e política já revela, *À paz perpétua*, onde este ‘À’ – do alemão *zum* – implica num reconhecimento de uma tarefa

infinita, um *em direção à*; notar enfim que Kant não presume ou mesmo espera um dia que este estado ético seja realizado ou atingido. Muito embora, a tarefa que se exige fortemente é a de agir *como se* fosse possível.

A estratégia argumentativa de Kant obedece ao rigor de sua arquitetônica: toda fundamentação metafísica do conhecimento imputa aos campos de saber uma nova realidade que emerge ao mesmo tempo, recusando assim, opções causais determinantes de uma esfera sobre outra. Uma vez que o projeto crítico é garantir a autonomia das esferas de conhecimento e assim sua autoridade, um olhar criticista sobre a História, a partir destes mesmos princípios, estabelece linhas de pensamento que buscam em primeiro lugar estabelecer a relação entre autoridade e discurso histórico por meio da crítica aos saberes e categorias que tentam impor-se sobre a história. Levemos em conta que Kant convivia com as prognoses do Antigo Regime, com as profecias da Teodicéia e com os princípios e destinos da Filosofia da História que abundavam a representação historiográfica durante o século XVIII. Há de se considerar então a presença de Kant entre estes campos de força e situar sua escrita de acordo com os desafios trazidos por estas tradições. O projeto crítico de Kant insere-se num conturbado ambiente, que conta ainda com Revoluções políticas e intelectuais que sacodem todo o século, ou, em suas palavras, ‘que imprimem uma marca na história que jamais poderá ser esquecida’.

Ocorre que Kant tornou-se, para uma influente corrente interpretativa durante o século XIX, a chamada escola neokantiana, eminentemente um epistemólogo que revolucionou a teoria do conhecimento de sua época e legitimou a autonomia do saber científico de acordo com suas próprias regras, uma vez que apenas a razão pura possui critério para julgar a si mesma. Esse traço envolvendo a epistemologia das ciências não inibe a interpretação de um outro estrato, no mesmo nível em que este se localiza e ao qual está geneticamente ligado: o compromisso *lógico* implica num compromisso *ético* dos homens com o conhecimento. A autonomia da razão em julgar a si mesma a partir de seus critérios, sem a intervenção de nenhum outro princípio como a tradição, a religião ou a política estende seus domínios para além da lógica e cria um compromisso ético ao pensar a ação do homem no mundo segundo a razão pura. A legalidade da razão, quer dizer, a conformação de seus objetos à forma é também a legalidade da ação

humana em relação à esta mesma formalidade da razão; a idéia é que há uma necessária ligação entre a razão pura e a razão pura prática – entre saber e ação.

Decorre daí um posicionamento quanto à esfera em que a História é pensada. Cotejada com passagens da *Crítica da razão pura* e da *Crítica da razão prática* chega-se à determinação negativa de que a história não pertence ao campo das ciências naturais dado que não está submetida às leis da natureza, mas antes às leis da liberdade da razão prática. A História não é uma lógica, não é uma ficção literária segundo os termos de Hayden White - que muito se vale de Kant -: a história compartilha do discurso tropológico, “um conceito particularmente apropriado para o exame daquela forma de composição verbal que, a fim de diferenciá-la, de um lado, da demonstração lógica e, de outro, da pura ficção, chamamos de *discurso*”.ⁱ Seguindo o pensamento do historiador convoco Foucault, para quem a atitude principal do Iluminismo foi a intervenção de uma postura auto-reflexiva de si mesma levada a cabo pelo presente gerando um de um corte abrupto com a concepção anterior de tempo cíclico ou soteriológico; e Habermas, para quem o discurso da modernidade está ligado eminentemente a uma conformação de idéias sobre si mesmo que comporta em si sua crítica. Ambos reforçam a idéia central de White: “o discurso, se for um discurso genuíno – isto é, tão crítico de *si mesmo* quanto é dos outros – desafiará de modo radical a própria noção de plano médio sintático (...) por estar sempre fugindo ao domínio da lógica, indagando constantemente se a lógica é adequada para captar a essência do seu tema, o discurso sempre se volta para a reflexividade metadiscursiva. É por isso que o discurso sempre é sobre o próprio discurso e é sobre os objetos que compõem o seu tema”ⁱⁱ. A posição assumida por Kant não difere em nada desta, na medida que na *Religião nos limites da simples razão* e no *Conflito das Faculdades* sua preocupação é determinar o lugar de onde se fala de modo a controlar criticamente o que se fala de acordo com a autoridade requerida pelo discurso; a preocupação de Kant é tanto com a forma que o discurso assume – sua legalidade - como quanto ao conteúdo – um objeto que parte do princípio puro da razão e é por ela unicamente determinado: a moralidade – da história. O argumento, como observa Jacques Derrida, envolve a crítica que Kant dirige contra certos filósofos ou teólogos que profeciam o fim do mundo ou que se expressam ‘em tom senhorial’ colocando-se acima de seus pares “lesando-os nos seus direitos

inalienáveis à liberdade e à igualdade em tudo aquilo que tem a ver com a simples razão”;ⁱⁱⁱ a mesma idéia é levantada por Kant em *Sobre o insucesso de toda tentativa filosófica em matéria de Teodicéia*: Kant se levanta contra aqueles que falam em nome da sabedoria divina, que carregam seu julgamento, sua verdade e sua felicidade e as inculcam de acordo suas vontades no povo apesar do tribunal da razão.

Kant apresenta uma crítica de valor que limita fundamentalmente a consciência histórica sob uma nova concepção de subjetividade^{iv} que frustra aqueles que pretendem dominar a história de forma científica ou dogmática. Explicar os arranjos dos homens e sua transformação por um recurso a Deus é, segundo Kant, o anúncio da falência da capacidade da filosofia em pensar o mundo e deve, portanto, ser evitado; inversamente, pela metafísica e pelo conhecimento deste mundo tampouco poderíamos supor chegar ao conhecimento divino, pois nada nos diria sobre os outros mundos possíveis. A história torna-se o modelo de pensamento para as ciências do espírito, “no século XVIII começou-se a pensar criticamente acerca da história, tal como já se tinha aprendido a pensar criticamente acerca do mundo exterior, porque a história passou a ser considerada como uma forma específica de pensamento, não exatamente como a matemática, a teologia ou a ciência”.^v A primeira tarefa da filosofia das Luzes foi essa disputa territorial em relação aos outros campos do conhecimento.

A crítica de Kant em relação à contagem de tempo e narrativa da história prende-se aos princípios que a orientam. Não se trata de uma questão de estilo, mas, como evocou Hayden White, de uma decisão ética do historiador em relação ao presente e a seu posicionamento no mundo. Kant critica tanto essa hipertrofia do presente apresentada por Voltaire e Montesquieu, como também, por outro lado o seu esvaziamento, conforme a teodicéia de seu tempo. A crítica à temporalidade da teodicéia é apresentada em *Religião nos limites da simples razão* e *Sobre o insucesso de toda tentativa filosófica em matéria de teodicéia*; no primeiro é apresentada crítica de acordo com o seguinte esquema: o passado é uma espécie de era de ouro, um paraíso de pura fruição divina; o presente é o lugar do pecado, da decadência, da limitação e da morte; e o futuro o momento da salvação, do Juízo Final que Deus nos redimirá e iniciará os novos tempos. O problema para Kant é que esse ‘agora’ é tão velho quanto a história” - isso já tendo em mente aquelas críticas aos princípios epistemológicos que vetam o acesso à onisciência divina.

O século XVIII consagra pensadores da Filosofia da História que ocupavam a ‘linha de frente do racionalismo’, como cunha Hayden White, que “estavam empenhados numa operação de limpeza do terreno em nome de um ideal que requeria forçosamente que as relações culturais fundamentais fossem concebidas mais em função de oposições que de continuidades ou de sutis gradações (...) Estavam empenhados em ver no passado (e principalmente o passado remoto) o *oposto* daquilo que valorizavam no seu próprio presente, e não a base dele”.^{vi} Em Kant a questão é anulada desde seu princípio, pois não há uma oposição entre passado e presente em relação ao melhoramento; a disposição do estado de natureza e do estado civil coabitantes do homem extirpa qualquer possibilidade de evolução no sentido tratado pela filosofia francesa conforme apresentada aqui. Os avanços do homem, se podem ser medidos, o são em realização da moralidade nas instituições públicas, nas relação comunitária dos homens. O que não elimina a tensão que existe entre estado civil e estado natural, como comprova *Antropologia do ponto de vista pragmático e Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* que insistem numa insociável sociabilidade, numa ameaça de dissociação permanente da comunidade através da tensão egoísmo (ou natureza) e comunhão (ou sociabilidade). Se, por um lado, a noção de tempo e de progresso presentes no ambiente francês sob a rubrica da utopia de Condorcet “é situada no tempo, na história real futura, e as condições de sua possibilidade, ou das possibilidades de realizá-la, estão inscritas na leitura ou na avaliação que se pode fazer do passado e na reflexão sobre os acontecimentos do tempo presente”,^{vii} condizente com o conceito de prognóstico histórico elaborado pelo historiador Reinhart Koselleck apropriado pelas filosofia da histórias que criam dominar todo o passado com vistas a determinação completa do futuro; por outro lado, a idéia de história de Kant entende que sua consecução é não só desejável, mas “aproximar-se sempre mais dele é não só *pensável* mas, até onde pode harmonizar com a lei moral, é o *dever*” (*Conflito das Faculdades*).

Esta consciência dos limites de realização da ação humana é resultante da crítica da razão empenhada ao longo de sua vida. A história não pode arrogar-se uma pretensão de ciência dura, fechada e de acordo com as regras da lógica. Ela está, antes, situada no campo da retórica, onde os argumentos servem não de superação do certo pelo errado, mas operam num jogo de convencimento e sedução sob o

qual o discurso ético subjaz e organiza o pensamento de forma a dar-lhe ao mesmo tempo um valor estético preso a seu fundamento que opera jogando com a razão e a imaginação e menos com o entendimento, posto que este é incapaz de dar conta da totalidade de eventos e causalidades presentes na esfera prática. O argumento encaminha-se no sentido de apresentar a íntima relação entre autonomia e liberdade com instituições político-jurídicas como Direito Universal, Espaço Público, Ensino Universal, República, Igualdade Jurídica enquanto elementos componentes daquele horizonte ético – reduzindo a idéia, teríamos, a íntima relação entre função lógica e ideológica do discurso histórico kantiano. Na medida em que se concebe a igualdade entre os homens segundo as faculdades mentais, é necessário que se depreenda daí a isonomia jurídica entre estes mesmos entes racionais. Estabelecida a igualdade jurídica através de uma determinação epistemológica do conhecimento – num universo em que os temas da Constituição, Liberdade, Igualdade estavam eclodindo em revoluções nos dois lados do Atlântico -, Kant impõe que se estabeleça uma República como a única forma de governo afim com os princípios do Direito e da Liberdade.

Pensar um discurso que permaneça crítico de si mesmo em relação aos seus fundamentos, aos outros saberes e em relação às gerações vindouras e que possa fundamentar-se publicamente através da universalidade comunicativa da razão pura é o projeto filosófico embutido na idéia de história kantiana - esta se vale de uma retórica onde a lógica – autonomia da razão – possui sua interface com a ética – liberdade do homem – consagrando um espaço público de discussão em vista deste horizonte. Inevitavelmente, valer-se destes princípios é tomar o presente, o ponto de vista do presente, como problema.

ⁱ WHITE, H. *Trópicos do Discurso*. São Paulo: Edusp, 2001, 14.

ⁱⁱ *Ibid.*, 17.

ⁱⁱⁱ DERRIDA, J. *De um tom apocalíptico adotado há pouco em filosofia*. Lisboa: Veja, 1997, 23. Derrida ocupa-se dos textos religiosos de Kant, mas seu objeto se revela a tendência contemporânea de certos filósofos e filosofias de declararem seu apocalipse. O título de seu texto é uma referência a outro kantiano *Von einen neuerdings erhobenen Vornehmen Ton in der Philosophie* (de um tom senhorial adotado há pouco em filosofia, de 1796).

^{iv} COSTA LIMA, L. fala de um sujeito fraturado que emerge das três críticas, ver seu *Mimesis: desafio ao pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

^v COLLINGWOOD, R.G. *A idéia de história*. Lisboa. Presença, 1972, 11.

^{vi} WHITE, H. *op. cit.*, 165.

^{vii} SOUZA, M.A. *Ilustração e história*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001, 43.